

Série Textos Comentados – ECK

Alguns textos escritos por Allan Kardec são atemporais. Refletem a autoridade de um homem que, diante do seu próprio passado e presente (no Século XIX), reunia condições intelectuais e éticas para introduzir uma nova Filosofia para a Humanidade.

Kardec escreveu trinta e duas obras. Sua vasta produção intelectual espírita é incontestável. Mas ela não deve ser idolatrada nem ser considerada como definitiva e permanente, por causa dos elementos de progressismo e progressividade que norteiam o diálogo entre vivos e mortos e o desenvolvimento das ciências humanas.

O trecho que selecionamos possui, ainda, uma característica peculiar. Ele foi encontrado entre as anotações de Kardec, as quais foram reunidas em um compêndio publicado postumamente, praticamente 31 anos após a sua morte. Por isso, é necessária destacadíssima acuidade para perceber se se trata, de fato, a obra completa, composta por textos verdadeiros, da lavra do Professor francês, já que outras obras, também postumamente, sofreram interpolações e adulterações.

De qualquer modo, o ECK republica em seu Portal este material para que ele sirva de análise e avaliação, bem como inspire os espíritas de hoje a atentarem para questões que são da natureza humana, inferior e mutável, contribuindo para o próprio aperfeiçoamento de pessoas e instituições que se dizem espíritas.

Ele inaugura nossa série “Textos Comentados”. Os comentários, de nossa autoria, estão em “boxes” (quadros) inseridos logo após determinado trecho do original kardeciano.

Editorial ECK.

Uma Ligeira Resposta aos Detratores do Espiritismo

Allan Kardec

Quem seriam os detratores do Espiritismo? Na segunda obra de Kardec, “O que é o Espiritismo”, eles já são nominados: o cético e o religioso e o crítico. O Professor francês debate elegantemente com os três. Os dois primeiros anatematizam a Filosofia Espírita, buscando desacredita-la em função de suas próprias crenças: uma secular, baseada na fé; a outra, com aparato científico, que considera, apenas e tão somente, os elementos da materialidade. Não é com os “fanáticos” que o Espiritismo se dispõe a conversar em pé de igualdade, porque, nos exemplos em tela, tratados na obra kardeciana, eles não arredam pé de suas convicções, e o diálogo, assim, torna-se, senão impossível, mas improdutivo. O terceiro, então, o crítico, representa a possibilidade e a perspectiva de todos avançarem em termos de conhecimentos, sejam da realidade material seja da espiritual. Os detratores, então, são aqueles que já vetam o Espiritismo de plano e de início, porque não se dispõem a considerar nada além daquilo em que “creem”. Porque desqualificam e visam ridicularizar a Filosofia Espírita são, por isso, detratores.

O direito de exame e de crítica é um direito imprescritível, do qual o Espiritismo não tem a pretensão de eximir-se, assim como não tem a de satisfazer a todos. Cada um é livre para aceitá-lo ou rejeitá-lo, mas depois de discuti-lo com conhecimento de causa. [...]

Note-se a mundividência (termo de Herculano Pires) de Kardec. Textualmente – como expressão, inclusive, da práxis espírita genuína, não há qualquer compromisso do Espiritismo em tornar-se “indiscutível” ou “definitivo”. Não há definitude porque a Filosofia Espírita reveste-se da condição HUMANA, falível (até certo ponto), mutável e progressiva/progressista, porque não se encerra em análises já feitas e encerradas, nem em obras inauguralmente publicadas, que determinaram a fundação de uma doutrina. Mas, esse mesmo tirocínio kardeciano se apresenta quanto ele institui o caráter de criticidade em relação ao Espiritismo – porque contestações, argumentos contrários e questionamentos DEVEM ser-lhe contrapostos – mas o faz estabelecendo uma premissa fundamental (que é, aliás, consenso nas áreas científico-filosóficas de todos os tempos): só é possível criticar construtiva e validamente, até mesmo para recusar

alguns de seus fundamentos, se o crítico estudar para conhecer a fundo a filosofia.

Antes de responsabilizar uma doutrina pela incitação a um ato condenável qualquer, manda a razão e a equidade que se examine se ela contém princípios que justifiquem tal ato.

Para saber qual a parte de responsabilidade que cabe ao Espiritismo, em dada circunstância, há um meio bem simples: inquirir de *boa-fé*, não dos adversários mas na própria fonte, o que ele aprova e o que condena. [...]

O conceito e o contexto de boa-fé é essencial para qualquer exercício crítico. Se a intenção é malévola, desarrazoada, prostituída, comprometida em suas bases, não há como prosseguir no esforço de compreensão do tipo de crítica que é feito. Não se entabula uma discussão baseada tão-somente na ridicularização ou no menosprezo de algo que, filosoficamente, lhe seja contrário. A Humanidade já nos deu provas suficientes de contextos e personagens que, discordando, promoveram o progresso de qualquer campo do conhecimento. Negando, peremptoriamente, sem permitir um exame lúcido, de razoabilidade e lógica, não se permite nem o avanço pessoal, nem o institucional, tampouco o filosófico-científico.

O Espiritismo não é mais solidário com aqueles que se dizem espíritas do que a Medicina com os charlatães que a exploram, ou a verdadeira religião com os crimes praticados em seu nome. Ele não reconhece como seus adeptos senão os que lhe praticam os ensinamentos, isto é, que trabalham por melhorar-se moralmente, esforçando-se por vencer os maus pendores, por ser menos egoístas e menos orgulhosos, mais brandos, mais humildes, mais caridosos para com o próximo, mais moderados em tudo, porque é essa a característica do verdadeiro espírita.

Eis, aí, um ponto essencial para se analisar o que seja o Espiritismo. Sua prática. Ou seja, quem dele se utiliza e o que edifica a partir da nomenclatura espírita, que nada tem a ver com uma submissão (cega) a determinadas afirmações contidas em sua filosofia. Se qualquer teoria é neutra em si mesma, quando está na sua base, isto é, nos livros que a embasam, é na atividade real, materializada, na ação de um homem ou um grupo deles, é que a teoria se transforma em algo concreto

(prática) e, a partir disto, pode e deve ser (sempre) avaliada. Neste sentido, entre médicos há os bons e os maus; entre advogados, idem; entre engenheiros, professores, policiais, servidores públicos, etc., vale a mesma premissa. E, entre adeptos de filosofias, por que seria diferente? Uma doutrina deve ser avaliada apenas pela OPINIÃO PESSOAL de um (ou mais) adepto(s), ou deve ser ponderada em nível comparativo, seja entre os seus expoentes, mas, principalmente, na distância entre a filosofia e a prática?

O objetivo destas poucas palavras não é combater as falsas alegações contra o Espiritismo, nem desenvolver ou provar todos os seus princípios, e ainda menos procurar converter às suas ideias os que professam opiniões contrárias, mas dizer, em poucas palavras, o que ele é e o que não é, o que admite e o que desaprova.

Suas crenças, suas tendências e sua finalidade resumem-se nas proposições seguintes:

1º - O *elemento espiritual* e o *elemento material* são os dois princípios, as duas forças vivas da Natureza, completando-se reciprocamente e reagindo incessantemente, uma sobre a outra, sendo ambas indispensáveis ao funcionamento do mecanismo do Universo.

Da ação recíproca destes dois princípios nascem fenômenos que, cada um deles, isoladamente, não pode explicar.

A Ciência, propriamente dita tem por missão especial o estudo das leis da matéria.

O Espiritismo tem por objetivo o estudo do *elemento espiritual* em suas relações com o elemento material, e encontra, na união destes dois princípios, a razão de grande número de fatos até então inexplicados.

O Espiritismo marcha de acordo com a Ciência no terreno da matéria: admite todas as verdades que ela comprova, mas onde terminam as investigações desta, prossegue ele as suas no terreno da espiritualidade.

2º - Sendo o elemento espiritual um estado ativo da Natureza, os fenômenos que a ele se ligam estão sujeitos a leis e por esse motivo são tão naturais como os relacionados com a matéria neutra.

Kardec resume em duas premissas a contextura espírita. A primeira estabelece não uma dicotomia ou distanciamento, mas uma conexão (universal) necessária para o entendimento da completude: matéria e Espírito são, portanto, compatíveis e correlatos, para que a existência humana, do ser espiritual, integral, vá cumprindo suas etapas. A matéria serve ao Espírito enquanto este estiver submetido ao corpo. E ele, o Espírito, tem o dever de conservar a matéria e de aproveitá-la para si e para o coletivo. Em consequência, o Espiritismo jamais se distanciou (melhor seria dizer, não deve se distanciar), enquanto ciência metafísica, da ciência material, sob qualquer modalidade de conhecimento, mesmo que sejam distintos os objetos de uma e de outra, pois é absolutamente imprescindível que sejam conhecidos os fundamentos do que é espiritual e do que é material. A segunda é a de que o espiritual preside o material, como decorrência do princípio (lei) de causa e efeito – efeito inteligente de uma causa inteligente, na dicção espírita kardeciana. Por isso, é possível entender mais amplamente cada situação da existência física, não por argumentos meramente metafísicos, fantásticos e sobrenaturais, mas pelo estudo acerca da fundamentação espiritual das situações materiais. Se para muitos dos fatos que são visíveis aos olhos materiais, não se consegue divisar uma explicação plausível, não é pela aparente limitação da ciência humana (material, física), mas, sim, porque deriva da incidência de leis espirituais que só podem ser estudadas e entendidas com substrato na Ciência Espírita.

Certos fenômenos foram considerados *sobrenaturais* devido apenas à ignorância das leis que os regem. Em consequência deste princípio o Espiritismo não admite o caráter miraculoso atribuído a certos fatos, embora comprovando sua realidade ou sua possibilidade. Para ele não existem *milagres* como anulações de leis naturais. Do que se conclui que os espíritas não fazem milagres e que é impróprio o qualificativo de taumaturgos que lhes é dado por alguns. [...]

O Espiritismo não é nem uma concepção pessoal nem o resultado de um sistema preconcebido. É a resultante de milhares de observações feitas em todas as partes do Globo, que convergiram para um centro que as coligiu e coordenou. Todos os seus princípios que o constituem, sem exceção, foram deduzidos da experiência. A experiência sempre precedeu à teoria.

Este é um ponto de autocrítica de Kardec, que o manteve firme diante da perspectiva de colocar suas ideias pessoais (um risco, em se tratando de qualquer encarnado) sobre as ideias coletivas do Espiritismo. Dizemos coletivas, porque

desde a origem, a Filosofia Espírita se constituiu como uma simbiose entre encarnados e desencarnados e, em termos de organização social-material, a partir do somatório de percepções dos próprios encarnados. Apesar de um nítido ufanismo “milhares de observações feitas em todas as partes do Globo”, dando um caráter maior ao trabalho que, herculeamente, ele empreendeu, mas que não pôde, pelas limitações seja de suas condições físicas, seja do contexto planetário (dificuldades logísticas, de comunicação, de transporte, de estabelecimento de premissas para o trabalho de intercâmbio com os Espíritos, etc., além, é claro, do personalismo (vaidade, orgulho, soberba, egoísmo) dos humanos, alcançar a destacada amplitude expressa nas palavras do Professor francês. E é isto mesmo que deveria balizar o nosso trabalho, hoje, em termos “consequentes” (mas não complementares) de comunicação entre os planos físico e extrafísico.

A “eleição” de verdades, dadas por UM Espírito (desencarnado, comunicante) ou expressas por homens falíveis tanto quanto nós (dirigentes, médiuns, expositores e escritores) é totalmente distante e dissociada do fundamento de definição do que seja (ou não) Espiritismo: o Controle Universal dos Ensinos dos Espíritos (CUEE).

O Espiritismo, deste modo, desde o início, mostrou ter raízes em toda parte. A História não oferece exemplo algum de doutrina filosófica ou religiosa que, em dez anos, tenha reunido tão grande número de adeptos. E, no entanto, para tornar-se conhecido, não empregou nenhum dos meios geralmente usados. Propagou-se por si mesmo, graças às simpatias que encontrou.

Aqui, novamente, se vê o alto espectro de “empolgação” de Kardec, já que, realmente, a difusão do Espiritismo e a autoafirmação das pessoas como “espíritas”.

Kardec, inclusive, chega a pontuar, em outro texto de sua lavra, que, conforme o “andar da carruagem”, no início do Século XX, o Espiritismo PODERIA se tornar “crença comum”, no sentido da propagação de suas ideias e na influência na transformação pessoal de seus adeptos, contagiando multidões.

Há quem diga que essa previsão de Kardec, além de ser um “sonho pessoal” e uma manifestação ufanista e utópica do Professor francês, foi “adiada” pela eclosão das duas grandes guerras – e todas as consequências que produziu para povos, civilizações e a Humanidade como um todo.

O fato é que, depois desse início promissor (que vai até, mais ou menos a metade final dos anos 1880), sem Kardec e em face dos cismas (ver texto do Professor

francês a esse respeito – também em “Obras Póstumas”, segunda parte, em “Constituição do Espiritismo”), os adeptos da Filosofia Espírita se preocuparam quase que exclusivamente com interpretações pessoais e com a interpolação de outros conceitos, filosofias e crenças, para validá-las como se Espiritismo fossem. A ponto de, inclusive, promoverem adulterações em suas últimas obras (“O Céu e o Inferno” e “A Gênese”, para incluir elementos alienígenas.

O Espiritismo, ainda na França e depois, por todo o século XX, no Brasil e em outras partes do mundo, sob a influência, então do Neo-Espiritismo (à brasileira), se distanciou de seus caracteres científicos e filosóficos, para se tornar (mais uma) religião cristã.

Não menos digno de nota é o fato de não ter ele em país algum, surgido das camadas mais baixas da sociedade. Em toda parte propagou-se do alto para os níveis mais baixos da escala social. Foi nas classes esclarecidas que ele se expandiu quase que exclusivamente, sendo seus adeptos iletrados em minoria ínfima.

O destaque dado por Kardec, às “aristocracias culturais e econômicas” é importante para entender o porquê do seu apelo à lógica e à racionalidade, a partir do estudo e da análise (crítica), da parte dos adeptos, em relação a seus princípios, fundamentos e – o que é solenemente esquecido pelos que se dizem espíritas – daquilo que ainda careceria de cotejo com “novas revelações” mediúnicas.

Passou-se, ainda no conjunto da obra kardeciana, a patrocinar o condão de definitude daquilo que os Espíritos (ditos) Superiores haviam lhe respondido, como se não fosse necessário reexaminar, permanentemente, as ideias contidas nas comunicações espontâneas ou nas evocações.

Diversificados textos, seja na “Revue Spirite”, o verdadeiro e permanente laboratório kardeciano, como nas próprias obras ditas fundamentais (algumas, inclusive, objeto de revisões e alterações, em novas edições coordenadas, escritas e publicadas por Kardec), num *continuum* absolutamente necessário a uma Ciência.

Neste sentido, as “classes esclarecidas”, segundo Kardec, seriam e são decisivos para a popularização das ideias espíritas, inclusive porque a partir delas, as demais classes podem tomar conhecimento das informações espirituais-espíritas. Daí se propugnar pela melhor utilização das reuniões públicas (de palestras e de estudos) para a propagação NÃO de ideias pessoais (o Espiritismo

“à moda do freguês”), mas sim da teoria genuinamente espírita, e sua aplicabilidade às diversas situações e contextos da vida contemporânea.

Averiguou-se ainda que a propagação do Espiritismo seguiu, desde sua origem, marcha constantemente ascendente, apesar de tudo que foi feito para opor-lhe embaraços e deturpar-lhe o caráter, tanto fizeram seus adversários para entravá-lo e para lhe desfigurar o caráter, a fim de desacreditá-lo perante a opinião pública. É mesmo notável como tudo o que fizeram neste sentido só serviu para favorecer sua difusão. Os espalhafatos feitos por sua causa levaram-no ao conhecimento de muita gente que nele nunca havia ouvido falar. Quanto mais o difamaram ou ridicularizaram, quanto mais violentas foram as investidas contra ele, mais aguçaram a curiosidade. E, como só tem a ganhar com o exame que lhe fizeram, resultou de tudo aquilo que seus adversários converteram-se, sem querer, em ardentes propagadores. Se as diatribes não lhe causaram nenhum prejuízo é porque, estudando sua verdadeira origem, compreenderam que era muito diferente de como o haviam pintado.

Assim como na França, no Brasil das primeiras décadas do Século XX, diante da pressão das igrejas (católica e protestante) e do preconceito generalizado (daqueles que desconheciam seus fundamentos e confundiam suas práticas com as de religiões sincréticas espiritualistas), muitos foram aqueles que se valeram de posições sociais, cargos e funções públicas, assim como expoentes da imprensa escrita e radiofônica para tentar desacreditar o Espiritismo. Na Europa do tempo de Kardec quanto aqui, o resultado foi praticamente o mesmo: provocar o interesse, incentivar a aproximação e buscar maiores informações e aprofundar-se no conhecimento sobre a Filosofia Espírita. E, por isso, um variado número de opositores, assim como de descrentes, veio a compor, adiante, o quantitativo de adeptos, frequentadores e signatários da ideia espírita.

Nas lutas que teve que sustentar, os homens imparciais levaram-lhe em conta a moderação. Jamais fez uso de represálias para com seus adversários, nem pagou injúria com injúria.

O meio espírita contemporâneo, assim, tem o exemplo da práxis kardeciana e o “manual” de procedimento (ético) em relação aos adversários, os que combatem e os que visam descredenciar a fenomenologia mediúnica: jamais utilizar as mesmas “armas” destes, ou seja, trabalhar amistosamente, com base no diálogo,

pela difusão das ideias espíritas. Havendo – naturalmente – divergências ou dissonâncias, não deve haver qualquer compromisso/interesse dos espíritas em cooptar ou convencer àqueles que professam outras crenças ou filosofias.

Valemo-nos da própria sugestão de Kardec, ao mencionar o tipo de trabalho que seria realizado em sede de "Revue Spirite": "a discussão jamais deverá afastar-se das normas das mais estritas conveniências. Numa palavra, discutiremos, mas não disputaremos. As inconveniências de linguagem jamais foram boas razões aos olhos da gente sensata: é a arma daqueles que não possuem algo melhor, e que se volta contra quem a maneja" (KARDEC, A. "Revue Spirite". Janeiro, 1858.

Introdução. Trad. Salvador Gentile. São Paulo: IDE, 2001).

O processo de entendimento e de convencimento acerca das verdades espirituais, então, é individual e intransferível.

O Espiritismo é uma Doutrina filosófica espiritualista. Por isso toca forçosamente nas bases fundamentais de todas as religiões: Deus, a alma e a vida futura. Mas não é uma religião constituída, visto não ter nem culto, nem rito, nem templo e, entre seus adeptos, nenhum recebeu o título de sacerdote ou grão-sacerdote. Estas qualificações são pura invenção da crítica.

Mais uma vez, a despeito dos que tentam vincular o Espiritismo a qualquer proposta religiosa, a qualquer organização litúrgica e acentuar um aspecto, o religioso, em sua constituição e estruturação, Kardec sempre reafirmou a não-religião espírita. Do contrário, a conceituou como doutrina filosófica de bases científicas e consequências morais. A religiosidade ou espiritualidade de cada um é algo particular, íntimo, e de vivência pessoal, não necessitando de nenhum aparato, estrutura, aparência de culto ou similaridade com qualquer religião ou seita, cristã ou não. Ao basear-se nos feitos, nos ensinamentos e nas palavras de Yeshua, a exemplo deste, jamais pretendeu estabelecer qualquer religião institucionalizada. Quando menciona "Cristo" ou "Cristianismo" o faz por mera adjetivação ou identificação histórica, não tendo qualquer ligação com o que os religiosos fizeram seja da imagem do próprio Yeshua seja do movimento que ele coordenou, por quase três anos de sua vida pública, congregando apóstolos, discípulos e seguidores, na Judéia e cercanias daquele tempo. O Cristianismo, assim, nada tem a ver com Yeshua, sendo, apenas, a conformação de uma ideologia humana, com interpretações sobrenaturais acerca das realizações daquele homem, desqualificando inclusive este elemento fundamental – o da sua natureza humana e perecível, na parte corporal, subsistindo o Espírito imortal.

Com o Cristianismo o Espiritismo não tem qualquer vínculo ou similaridade. Com a doutrina de Yeshua, sim!

É espírita aquele que simpatiza com os princípios da Doutrina e age de acordo com ela. É uma opinião como qualquer outra, que todos têm direito de professar, como têm o ser judeus, católico, protestante, fourierista, não-simoniano, voltairiano, cartesiano, deísta e até materialista.

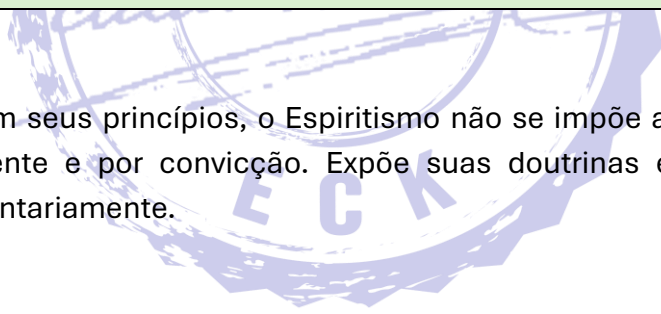
A tradutora, em notas de rodapé, explica que fourierista é o adepto da doutrina de Charles Fourier (1772-1837). Dizemos nós que, para este filósofo e sociólogo francês, influenciado por Rousseau, era possível conceber e materializar uma teoria de organização social por meio de comunidades cooperativas e autônomas. Já o não-simoniano, conforme a tradutora, seria o seguidor da doutrina socialista de Saint-Simon (1700-1825). Apomos nós que esta filosofia entendia que haveriam mudanças profundas na sociedade, a partir do crescimento da industrialização e das descobertas científicas, levando à reestruturação da sociedade, pelo abandono das ideias tradicionais de poder temporal e espiritual, propugnando a construção de uma sociedade produtiva baseada na união de homens engajados em trabalhos úteis, como a base de uma verdadeira igualdade.

O Espiritismo proclama a liberdade de consciência como direito natural; reclama-a para si e para todos. Respeita todas as convicções sinceras e pede reciprocidade.

Da liberdade de consciência decorre o direito de livre exame em matéria de fé. O Espiritismo combate o princípio da fé cega, porque ela impõe ao homem a abdicação do julgamento próprio. Ele ensina que toda fé imposta não pode ser profunda. É por esse motivo que inscreve entre suas máximas a seguinte: *A única fé inabalável é a que pode encarar a razão face a face, em todas as épocas da Humanidade.*

Eis, aqui, um dos maiores calcanhares-de-Aquiles do Espiritismo (de Kardec): fé raciocinada. Ora, se é fé, é crença e, portanto, cega e dogmática. Baseia-se no personalismo de cada um que constrói fábulas e instrumentos hipotéticos para fundamentar a sua noção de mundo e a explicação para os atos e fatos do mundo físico. Se é racional (raciocinada), parte da premissa do abandono de tudo o que é objeto de crença – fundado no sobrenatural, no místico, no mítico, no fantasioso,

no dogmático. E é exatamente a partir da indevida interpretação sobre o que seja fé e raciocínio, que Kardec se empolgou com a ideia de explicação das questões “religiosas” de todos os tempos, dando-lhes explicações “naturais”. Exemplo: a divindade. Que, excluindo-se o primeiro capítulo de “O livro dos Espíritos”, em que se partia da ideia distinta da Humanidade para a fonte geratriz do Universo, Kardec inclui, principalmente, em “O evangelho segundo o Espiritismo”, em “O Céu e o Inferno” e em “A Gênese”, argumentos correlatos à ideia antropomórfica da divindade, quando reproduz (e depois comenta) textos psicográficos que estão limitados à visão religiosa (especialmente, cristã, em suas vertentes católica e protestante) de um Deus que interfere na vida humana, individual e coletiva, neste planeta. Um Deus que impõe, que distribui Justiça, que valoriza os acertos (cumprimentos de suas leis) ou compreende as limitações da criatura (Espírito). O raciocínio não pode servir para “comprovar” crenças, mesmo que elas sejam decorrentes da interpretação sobre a incidência das Leis Universais sobre a vida material. O que se vê, indiscriminadamente, é a busca de respostas (lógico-rationais) para as explicações (pessoais, limitadas) sobre a aplicabilidade de tais leis, como, de costume, se vê, os “espíritas” tentando vincular situações da atualidade – como catástrofes, acidentes, mortes coletivas – ao “resgate” (pagamento) de erros pretéritos. Isto é fé raciocinada? Ou é a mesma fé de antes, agora com uma manobra de racionalidade discutível para se justificar e buscar adeptos?



De acordo com seus princípios, o Espiritismo não se impõe a ninguém: quer ser aceito livremente e por convicção. Expõe suas doutrinas e acolhe os que o procuram voluntariamente.

Não procura demover ninguém de suas convicções religiosas. Não se dirige àqueles que possuem uma fé que os satisfaz, mas àqueles que, não estando satisfeitos com a que os fizeram adotar, procuram algo melhor.

Estas duas últimas afirmações, correlatas e consequentes, estão dirigidas em especial aos adeptos do Espiritismo que entendem alguma necessidade “surreal” dos homens serem espíritas, no futuro. Não é a adesão a uma filosofia que diferencia os homens que compreendem as razões existenciais da encarnação e os objetivos de todos os seres que reencarnam. Não fazer prosélitos, não buscar convencer a quem quer que seja. Falar de Espiritismo, divulgar materiais e eventos espíritas não significa buscar a ampliação dos seguidores, adeptos ou frequentadores de instituições ou grupos espíritas. Mas, sim, destinar ações

àqueles que já procuram a informação ou o conteúdo espírita. Eis, aí, uma distância enorme e que precisa ser compreendida entre a busca de mais espíritos e a atuação em relação aos que já entendem como oportuna a mensagem espírita.

Fonte: “Obras Póstumas”, livro atribuído a Allan Kardec. Último texto da primeira parte. Tradução: Sylvia Mele Pereira da Silva. Supervisão e notas: J. Herculano Pires. Ed. Lake. 2ª Edição, 1979. Grifos do original francês.

Conheça mais de nosso trabalho, visitando nosso Portal:

<https://www.comkardec.net.br/>

